

- b) Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direção-Geral do Orçamento;
- c) Superintender na elaboração da conta de gerência;
- d) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica, bem como a antecipação de duodécimos com os limites fixados na lei;
- e) Autorizar a realização de despesas relativas a aquisições urgentes e inadiáveis efetuadas a pronto por conta do fundo de maneiço;
- f) Autorizar os Pedidos de Autorização de Pagamento (PAP) relativamente a despesas cuja contratação ou realização foram previamente aprovadas;
- g) Movimentar as contas bancárias em conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes internas;
- h) Proceder à adjudicação e respetiva notificação relativamente a procedimentos cuja decisão de contratação tenha sido tomada pelo Inspetor-geral, ou por cargo dirigente de grau hierárquico inferior.

1.2 — Da gestão de recursos humanos:

- a) Autorizar deslocações em serviço e a concessão de abonos, antecipados ou não, de ajudas de custo e transporte, com exceção das resultantes da utilização de avião, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte, dentro dos condicionalismos legais, relativas a deslocações previamente autorizadas, com exceção do pessoal nomeado para cargos dirigentes;
- b) Proceder à homologação das avaliações de desempenho, com exceção das atribuídas ao pessoal dirigente;
- c) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando os respetivos custos para o organismo sejam iguais ou inferiores a € 500,00.

2 — O presente despacho ratifica todos os atos praticados, no âmbito dos poderes agora delegados, entre a data da produção dos seus efeitos e a data da sua publicação.

3 — As competências delegadas são suscetíveis de subdelegação, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, desde que previamente autorizada pelo Inspetor-geral.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data de 25 de novembro de 2013.

26 de novembro de 2013. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.
207435252

Direção Regional da Economia do Alentejo

Édito n.º 530/2013

Processo EPU N.º 12996

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Estremoz e nesta Direção Regional, sita na Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail dre.alentejo@dreal.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha de MT aérea a 30 kV (EV30-28-10-03-01), com 2674 metros, com origem no Apoio n.º 8 da linha de MT a 30 kV (EV30-28-10-03) Carpinteiro e término no PTD-ETZ-345-AS; PT tipo aéreo — AS com 50 (100) kVA/30 kV; Rede de B.T. aérea (RBT-ETZ-345), em Monte do Paraíso, freguesias de S. Bento e Santa Vitória do Ameixial, concelho de Estremoz, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

14 de novembro de 2013. — O Diretor de Serviços de Energia, *António Martins*.

307429283

Édito n.º 531/2013

Processo EPU n.º 12997

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Castro Verde e nesta Direção Regional, sita na Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail dre.alentejo@dreal.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha de MT aérea a 15 (30) kV (BJ15-23-43), com 2502,89 m, com origem no Apoio n.º 187 da Linha de MT a 15 (30) (BJ15-23) SE Mértola — Castro Verde (6.º Troço) e término no PTD-CVR-080-AS; PT tipo aéreo — AS com 50 (100) kVA/15 kV; Rede de B.T. aérea (RBT-CVR-080), em Monte Roxo, freguesias de Castro Verde e Casével, concelho de Castro Verde, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

18 de novembro de 2013. — O Diretor de Serviços de Energia, *António Martins*.

307429112

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 15935/2013

Renovação da aprovação de modelo n.º 245.05.13.3.14

No uso da competência conferida pela alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e nos termos do n.º 5.1 da Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro e da Portaria n.º 422/98, de 21 de julho, renovo a aprovação de modelo dos Manómetros, marca *WIK*, modelo 213.53.63, requerido pela firma António Moutinho, L.ª, com sede na Rua Duque da Terceira, n.º 268, 4000-534 Porto.

I — Descrição sumária

Trata-se de um manómetro da classe de exatidão 1,6, diâmetro 63 mm e alcance até 1000 bar, constituído por uma caixa em aço inoxidável, com elemento sensor da pressão elástico, do tipo tubo de Bourdon. Este tipo de manómetro poderá ser aplicado uma membrana separadora entre o fluido de processo.

Por não existirem quaisquer modificações em relação ao modelo original, aprovado pelo Despacho de Aprovação 245.05.03.3.35, publicado no *Diário da República* n.º 270, de 21 de novembro de 2003 e, posteriormente retificado através do *Diário da República* n.º 71, de 24 de março de 2004, ambos da III série, mantêm-se a configuração, aspeto, esquema de selagem e demais características metrologias do referido modelo original.

11 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *J. Marques dos Santos*.

307403938

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Despacho n.º 15936/2013

Subdelegação de competências na Diretora Coordenadora da Direção de Planeamento Estratégico, Dr.ª Rosário Torres da Costa

Torna-se público que a Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I. P., Dr.ª Maria Teresa Rodrigues Monteiro, no exercício das competências que lhe foram delegadas nos termos da Deliberação n.º INT/2013/9219, de 16 de outubro de 2013 do Conselho Diretivo e ainda pelas Deliberações n.ºs INT/2013/1384, de 30 janeiro e INT/2013/1385, de 30 de janeiro de 2013, subdelegou, pelo Despacho n.º INT/2013/9393, de 21 de outubro de 2013, na Diretora Coordenadora da Direção de Planeamento Estratégico, Dr.ª Maria do Rosário Castela Torres da Costa, com a faculdade de subdelegar, os poderes para a prática dos seguintes atos, no âmbito da respetiva Direção:

- a) Aprovar os mapas de férias e autorizar o gozo e a acumulação de férias, bem como os pedidos de alteração de férias dos trabalhadores afetos à Direção de Planeamento Estratégico, e dos respetivos Diretores de Departamento, no quadro da lei e dos regulamentos em vigor no Turismo de Portugal, I. P.;

b) Justificar ou injustificar faltas, bem como visar as relações mensais de assiduidade dos trabalhadores integrados na Direção de Planeamento Estratégico;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, dos trabalhadores integrados na Direção de Planeamento Estratégico, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, com exceção do avião e de viatura própria, bem como os correspondentes abonos e as despesas com aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo a que os trabalhadores tenham direito, com observância das regras legalmente definidas nestas matérias e nos limites das respetivas dotações orçamentais aprovadas;

d) Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas similares que decorram em território nacional, bem como os correspondentes encargos, no quadro da lei e dos regulamentos e planos em vigor no Turismo de Portugal, I. P.;

e) Autorizar, nos termos das normas legais aplicáveis na matéria, as deslocações ao estrangeiro que se mostrem necessárias para assegurar as ações previstas no plano da Direção no âmbito da representação junto das Organizações Internacionais do Turismo, e os encargos das mesmas decorrentes, até ao limite de Euros 5.000 (cinco mil) anuais;

f) Conduzir, no âmbito da cooperação bilateral, a negociação dos acordos de cooperação no domínio do turismo;

g) Conduzir, no âmbito da cooperação multilateral, a posição do Turismo de Portugal relativamente às matérias dos respetivos programas de trabalhos.

1 — No exercício dos poderes delegados pela deliberação n.º INT/2013/1385, de 30 de janeiro, do Conselho Diretivo, subdelego ainda na Diretora Coordenadora da Direção de Planeamento Estratégico, Dr.ª Maria do Rosário Castela Torres da Costa a competência para autorizar as despesas com as aquisições de bens e serviços até ao limite de Euros 15.000 (quinze mil), com a faculdade de subdelegação até ao limite de Euros 10.000 (dez mil), nos respetivos Diretores de Departamento.

2 — Os atos praticados ao abrigo dos poderes subdelegados nos termos dos números anteriores devem ser dados a conhecer ao signatário até ao final de cada mês, mediante a apresentação de uma súmula dos mesmos.

3 — Os limites fixados no presente despacho para efeitos de autorização de despesas incluem IVA.

4 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando ainda ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 1 de outubro de 2012.

27 de novembro de 2013. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*, por delegação de competências.

207429972

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Declaração de retificação n.º 1329/2013

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 12762/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2013, retifica-se que onde se lê: “2—Os encargos com a remuneração da nomeada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, por acordo, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.” deve ler-se: “2—O estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos e os respetivos encargos são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.”

29 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado da Energia, *Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade*.

207434012

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

Despacho (extrato) n.º 15937/2013

Por despacho do Conselho Diretivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P., e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão concluiu

com sucesso o período experimental, na carreira/categoria de técnica superior, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 14,5 valores.

30 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207434807

Despacho (extrato) n.º 15938/2013

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado

com a engenheira Cláudia Patrícia Adriano Marques Videira

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da bolsa de recrutamento ativa decorrente do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 20319/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 13 de outubro de 2011, e da autorização para o recrutamento externo, concedida em 20 de maio de 2013 por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a engenheira Cláudia Patrícia Adriano Marques Videira, tendo sido mantida a remuneração atualmente auferida, entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória e entre o nível remuneratório 19 e 23 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2013.

20 de setembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435706

Despacho (extrato) n.º 15939/2013

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com a licenciada Mariana São Miguel Alves Fidalgo

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a licenciada Mariana São Miguel Alves Fidalgo, tendo sido colocada na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2013.

4 de outubro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435455

Despacho (extrato) n.º 15940/2013

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com o licenciado Mário Filipe Viegas Caneira

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o licenciado Mário Filipe Viegas Caneira, tendo sido colocado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, o qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2013.

4 de outubro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435496

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 15941/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20